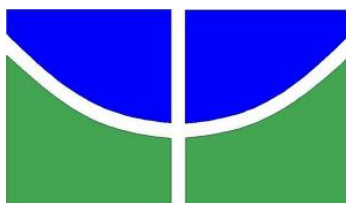


UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ELOILLA MIRTES DA COSTA MENEZES

**O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO DE  
INCLUSÃO**

Brasília 2012



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ELOILLA MIRTES DA COSTA MENEZES

## **O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO**

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob orientação da profa. Dra. Fátima Lucília Vidal Rodrigues.

Brasília

2012

Eloilla Mirtes da Costa Menezes

## **O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO**

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

### **Comissão Examinadora:**

---

Professora (Orientadora) Doutora Fátima Lucília Vidal Rodrigues  
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

---

Professora Doutora Ingrid Lilian Fuhr Raad  
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

---

Professora Doutora Sônia Marise Salles Carvalho  
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Brasília

Outubro de 2012

Dedico este trabalho aos educadores da  
Secretaria de Educação do Distrito Federal.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pelo dom da vida, por me abençoar todos os dias mesmo quando não merecia, pela força, presença e proteção durante toda a minha trajetória.

A minha amada mãe Maria Lúcia Tomé da Costa, pela paciência, confiança, amor incondicional e por não ter medido esforços para me proporcionar a melhor educação ao longo de toda a minha trajetória acadêmica, mesmo passando por diversas dificuldades.

Ao Yan Longo da Silva que me apoiou e auxiliou em diversos momentos na minha trajetória na Universidade.

A minha amiga, quase irmã, que acompanhou de perto toda a execução deste trabalho Caroline Costa e sempre dedicou o seu tempo a me ouvir.

A todos que estiveram ao meu lado sempre me incentivando a não desistir nos meus momentos de cansaço, em especial, Camila de Sousa Arrais, Luiz Gustavo Silveira Santos, Luísa Bassul Brandão.

A minha Orientadora Fátima Lucília Vidal Rodrigues pela compreensão e dedicação durante todo o processo de elaboração deste trabalho.

Aos meus queridos professores da Faculdade de Educação por todos os ensinamentos.

A todos (as) que não citei, mas que de alguma forma contribuíram com a minha jornada e estão presentes em minha vida.

*O nascimento do pensamento é igual ao nascimento de uma criança: tudo começa com um ato de amor. Uma semente há de ser depositada no ventre vazio. E a semente do pensamento é o sonho. Por isto os educadores, antes de serem especialistas em ferramentas do saber, deveriam ser especialistas em amor: intérpretes de sonhos.*

Rubem Alves

**MENEZES, Eloilla Mirtes da Costa. O Papel do Professor no Processo de Inclusão. 2012. 70 f. Monografia (Graduação em Pedagogia). Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2012.**

### **RESUMO**

O presente trabalho de conclusão de curso aborda o papel do professor no processo de inclusão. Tem como objetivo investigar possíveis dificuldades enfrentadas pelos professores na inclusão de alunos com deficiência, além de analisar os marcos históricos e normativos da educação de alunos com necessidades educacionais especiais no Brasil, discutir a formação do professor para atender as necessidades educacionais destes alunos e a dedicação dos professores em continuar a sua formação e discutir a posição do professor com relação ao processo de inclusão e quais atitudes os professores tomam para que este processo seja realizado de fato. A metodologia de trabalho teve uma abordagem qualitativa e utilizou questionário e observação como importantes procedimentos para alcançar os objetivos supracitados.

**Palavras-chave:** Professor. Inclusão. Formação. Comprometimento.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	07
<b>APRESENTAÇÃO</b>	09
<b>PARTE I</b>	11
<b>MEMORIAL</b>	12
<b>PARTE II</b>	16
<b>INTRODUÇÃO</b>	17
CAPITULO I - MARCOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL	19
CAPITULO II – INCLUSÃO ESCOLAR: CONTEXTOS E PERSPECTIVAS	31
CAPITULO III – O PROFESSOR E SUA IMPLICAÇÃO NO PROCESSO DE INCLUSÃO	39
CAPITULO IV – UM OLHAR SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO REALIZADO NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	43
<b>4.1 Contexto da Pesquisa</b>	44
4.1.1. Escola 01	44
4.1.2. Escola 02	45
<b>4.2 Instrumentos para produção dos dados – Observação e Questionário</b>	46
4.2.1. Observação	47
4.2.2. Questionário	48
<b>4.3 Análise e Discussão dos Dados</b>	49
4.3.1. Descrição dos Sujeitos da Pesquisa	49
4.3.2. Formação dos Sujeitos da Pesquisa	51
4.3.2.1. Formação Inicial	51
4.3.2.2. Formação Continuada	52
4.3.3. O Professor e a Inclusão	53
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	56
<b>PARTE III</b>	58
<b>PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS</b>	59
<b>REFERÊNCIAS</b>	60
<b>APÊNDICES</b>	63
<i>Modelo de questionário respondido pelos professores</i>	64
<i>Modelo de termo de comprometimento livre assinado pelos professores</i>	69



## APRESENTAÇÃO

Ao analisar as questões educacionais da sociedade atual, um dos focos de discussão diz respeito às muitas dificuldades que a pessoa com necessidades educacionais especiais enfrenta na organização de uma sociedade orientada por padrões. Percebe-se que a falta de condições para adequar a estrutura social à diversidade humana vitimiza a pessoa com deficiência. Faz-se necessário assim, repensar a organização social, educacional e das políticas públicas para a promoção da educação das pessoas com necessidades especiais na intenção de atender a toda complexidade da diversidade humana.

Contudo, por se tratar de um tema delicado que vai desde o preconceito à aceitação; do abandono até reconhecer-lhes como sujeitos; do assistencialismo à sua normalização; da repulsa à caridade; do confinamento à convivência com os demais, somente o rompimento com concepções que segregam, excluem e inferiorizam essas pessoas seria capaz de reconhecer um novo educando com necessidades educacionais especiais. Essa ação se daria essencialmente pela figura do professor, agente mediador e promotor de estratégias que auxiliam a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos.

O surgimento de uma nova abordagem educacional é, assim, fundamental para que a escola seja capaz de aceitar a responsabilidade educacional visando o progresso de todos os alunos, pelo qual a adoção de um programa inclusivo pressupõe. Necessariamente, uma abordagem que substitua o modelo tradicional consubstanciado num currículo padronizado, na avaliação quantitativa do aluno – prescrição – e ensino especializado, para uma abordagem focalizada no individual e na relação deste com o social, assim como a avaliação das condições únicas do ensino e da aprendizagem dos educandos.

Um currículo inclusivo baseia-se no princípio de que as boas práticas são apropriadas a todos os alunos, de forma a conseguir-se uma aprendizagem significativa para cada um. Dessa forma, é indispensável que o docente possua o conhecimento de seus alunos, das suas necessidades e possibilidades de desenvolvimento que lhe permitam ensinar numa mesma classe heterogênea, alunos com capacidades diversas e com níveis diferenciados de conhecimentos prévios. A escola, por sua vez, deve permitir ao docente uma atuação generalizada que consiga atingir cada aluno, independente de suas diferenças.

Diante do exposto e do que tem sido presenciado na realidade das escolas públicas inclusivas do Distrito Federal, questiona-se: quais as dificuldades do professor da rede regular de ensino no processo de inclusão escolar da pessoa com necessidades educacionais especiais.

Sendo assim, esse estudo tem o objetivo de investigar possíveis dificuldades que os professores encontram na formação do aluno com necessidades educacionais especiais. Analisar os marcos históricos e normativos da educação de alunos com necessidades educacionais especiais no Brasil. Discutir como deveria ser a formação do professor para atender as necessidades educacionais destes alunos e a dedicação dos professores em continuar a sua formação. Discutir a posição do professor com relação ao processo de inclusão e quais atitudes os professores tomam para que este processo seja realizado de fato.

Inicialmente tem-se desenvolvido os aspectos teóricos que permeiam a discussão, divididos em três capítulos, respectivamente, o primeiro capítulo: Marcos Históricos da Educação Inclusiva no Brasil, em que conhecemos o passado para entendermos como as políticas públicas se encontram hoje, o segundo Inclusão Escolar: contextos e perspectivas, que busca compreender o processo de inclusão realizados nas escolas, como as mesmas vem contribuindo para que a inclusão seja realizada e o terceiro capítulo: O professor e sua implicação no processo de inclusão, em que é abordado teoricamente o papel do professor no processo de ensino aprendizagem dos alunos com NEE's.

Logo após, o quarto capítulo: Um olhar sobre o processo de inclusão realizado na secretaria de educação do distrito federal trata-se dos aspectos empíricos que envolvem a pesquisa e a análise dos resultados obtidos com as observações e entrevistas com o objetivo de analisar a postura do professor no processo de inclusão de alunos.

## **PARTE I**

## MEMORIAL

Eu mesmo sou um movimento constante, movimento de hoje e ontem, através de hoje e amanhã – Um movimento único – infinito.

Krishnamurti

Meu nome é Eloilla Mirtes da Costa Menezes, nasci em 08 de maio de 1990, sempre morei somente com minha mãe, passei toda minha vida estudando e morando no Guará, cidade satélite do Distrito Federal, e só estudei em outra cidade no nível superior quando passei a estudar na Universidade de Brasília no campus do Plano Piloto.

Minha vida escolar iniciou-se em uma creche chamada Sorriso de Maria, que era a melhor opção no momento, pois era período integral e minha mãe precisava trabalhar o dia inteiro e ficava próximo a minha residência. Entrei pra essa creche por volta dos três anos de idade permaneci na mesma até os seis anos de idade, lembro que seguíamos uma rotina, tínhamos a oração quando chegávamos, depois íamos pra sala de aula onde tínhamos diversas atividades lúdicas, hora do parquinho, hora do lanche, roda de histórias. Tenho lembranças muito amáveis dessa época, pois era uma creche de freiras que estavam sempre dispostas a ajudar.

Dos seis anos para os sete anos fui para a escola classe 08 no Guará também, onde fiz todas as séries iniciais, da primeira a quarta série, o meu processo de alfabetização foi tranquilo, sempre tive facilidade para aprender, e desde então já gostava de ensinar também, sempre falava que queria ser professora quando crescesse. Nunca fui uma aluna calada, sempre fiz amizade com bastante facilidade, estava a frente de tudo na escola, minha mãe sempre era chamada na escola, porque eu fazia muita bagunça, os professores argumentavam que como eu aprendia com muita facilidade, eu terminava rápido os deveres e não deixava os demais terminarem, pois começava a conversar em sala e acabava prejudicando-os. Mas nunca houve reclamação com relação a minha aprendizagem.

Neste período havia uma competição de matemática, onde quem acertasse mais continhas no ditado ganhava uma lapiseira, eu sempre ganhava até que virei a ajudante da professora e parei de participar para dar chance para os demais, não que eu fosse inteligente demais, mas por realmente gostar de trabalhar com os números, foi então que

eu percebi a paixão pela matemática, pois eu sempre chegava em casa e treinava a tabuada, era realmente uma das minhas diversões. Nesta época eu tinha uma rotina como a maioria das crianças, escola e brincadeiras, sempre brinquei muito com as demais crianças da rua, principalmente pelo fato de ser filha única, eram brincadeiras de correr e com bola, sempre muito agitadas, chegava extremamente cansada em casa.

Quando eu tinha dez para onze anos, eu fui para o Centro de Ensino Fundamental 05, onde fiz a quinta e sexta série, período de nova rotina, as matérias aumentaram e tinha na escola como matéria obrigatória o inglês, em que sempre tive dificuldade, não gostava e por mais que me esforçasse não entendia direito, mas acredito que pelo fato de não gostar da matéria, não tinha tanto interesse, sempre passava com a média e isso realmente me frustrava, porque eu sempre era considerada aluna destaque e de repente me surge uma matéria que me trouxe grandes dificuldades era a língua inglesa, que eu não havia tido nenhum contato anteriormente e me sentia obrigada a aprender, pois tinha a consciência de que era uma matéria importante não somente para ser aprovada no ano letivo, mas também para o meu futuro profissional. O número de matérias também foi algo difícil de me adaptar, ter diversos professores, mudança de sala, mas com o tempo fui me adaptando, nessa época fui representante de turma, sempre estava a frente, principalmente em época de gincana, que estava sempre disposta.

Quando eu tinha doze para treze anos, eu fui estudar no Centro Educacional 03, mais conhecido como Centrão do Guará, onde estudei da sétima série até o terceiro ano do ensino médio, foram os melhores anos da minha vida com certeza, sempre fui aluna destaque, participei das Olimpíadas de Matemática, fiquei em segundo lugar do DF, e toda a minha vida estava voltada para a matemática, eu era a monitora de matemática da escola, dava aula no turno contrário, e dava aulas particulares de português e matemática, comecei a me apaixonar por português também e surgiu a dúvida do que fazer no nível superior, estava fazendo o PAS para administração, e coloquei no vestibular para pedagogia, pois sempre tive o desejo de ser professora, contra a vontade de todos, pois é um curso que “paga mal” e que eu tinha capacidade para passar em um curso “melhor”. Todos queriam que eu fizesse administração, mas optei por pedagogia, porque a única certeza que eu tinha era que eu gostava de dar aula. E tinha mais uma alternativa que a pedagogia poderia me proporcionar que era a área de educação especial, pois via o trabalho da Ampare onde meu primo que tem síndrome de down

estudava e sempre me apaixonei por aquele lugar, onde cada detalhe faz a diferença e cada passo valorizado como grande avanço.

Quando entrei para a Universidade de Brasília, era tudo diferente, estava estudando fora do Guará pela primeira vez, existem matérias no curso que não gosto de forma alguma, pensei por diversas vezes se havia tomado a decisão correta, que estava sendo difícil nortear o currículo da pedagogia para área que mais gostava, no caso educação especial, primeiramente porque a oferta nesta área é pequena, são poucas disciplinas e a maioria delas ofertadas no diurno e como eu trabalhava não havia disponibilidade pra mim. Porém entre dúvidas e obstáculos hoje tenho certeza do que eu quero e que estou no curso certo, mas precisarei fazer uma especialização para estar realmente preparada pro mercado de trabalho, pois a indisponibilidade de horário e poucas ofertas não me deram oportunidade de focar a minha graduação nessa área.

Obstáculos são aqueles perigos que você vê quando tira os olhos de seu objetivo.

Henry Ford

Fiz o projeto 3 e 4 sobre economia solidária, onde me trouxe um novo modo de pensar sobre a educação, que a educação é o caminho para a transformação da sociedade, e consegui fazer a relação da economia solidaria com a educação especial. No inicio havia escolhido fazer esse projeto, pois era o único horário disponível pra mim, mas no fim das contas foi bastante proveitoso, pois consegui relacionar a economia solidaria com o meu trabalho na época, realizado no Centro de Ensino Especial, em que fazíamos oficinas de lava jato e o projeto cozinha para que as famílias dos ANNE's pudessem arrecadar dinheiro.

Toda a minha vida acadêmica foi corrida, comecei a fazer estagio logo cedo e para conciliar com a UnB ficava difícil, por isso não participei de pesquisas e extensão, sinto que poderia estar saindo da Universidade com uma bagagem muito maior do que a que estou saindo, pois ela tem muito mais a me oferecer, mas fiz tudo na medida do possível.

Hoje eu trabalho como monitora na secretaria de educação, trabalho na área de educação especial, e vivencio todos os dias as dificuldades de professores despreparados para lidar com alunos que possuem necessidades educacionais especiais, às vezes não

têm até mesmo interesse, ou têm, mas não possuem nenhum suporte, por esse motivo eu resolvi falar na minha monografia sobre as dificuldades enfrentadas pelo professor no processo de inclusão, mas de uma inclusão verdadeira que almeja o desenvolvimento ao máximo dos alunos.

A melhor maneira de prever o futuro é criá-lo.  
Peter Drucker

## **PARTE II**



## INTRODUÇÃO

Há a necessidade de um estudo no meio acadêmico que produza indicadores sobre a necessidade do preparo e aquisição de conhecimento pelos professores ao lidarem com a inclusão dentro de sala de aula, uma vez que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e as políticas educacionais atuais têm como princípio a inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Nesse sentido, discute-se quais fatores motivam o professor nessa busca pelo conhecimento.

O processo de inclusão traz consigo a transformação da escola, pois acarreta na inserção de alunos com quaisquer déficits e necessidades no ensino regular, cabendo às escolas, aos seus professores, à estrutura e ao currículo, se adaptarem às necessidades e possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento destes alunos. No final das contas, a inclusão rompe com o modelo tradicional de ensino.

Sendo assim, a teoria histórico-cultural justifica epistemologicamente as questões levantadas sobre esse tema afirmando que através da interação, troca e socialização entre alunos que não possuem deficiências e os alunos com necessidades educacionais especiais no mesmo ambiente escolar gera maior facilidade no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. O ganho com a inclusão é assim, verificado nas duas partes, por possibilitar a troca de experiências por meio da convivência com o Outro.

Diante da importância da escola e das interações entre os diferentes “pares” no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos em contexto de inclusão, e em especial aos com necessidades educacionais especiais, justifica-se a importância da presente pesquisa para a ressignificação da ação docente inclusiva a partir da conscientização da necessidade do preparo, do “estar aberto” às novas experiências e desafios que a inclusão pode trazer, e do interesse e da motivação em efetivamente informar-se.

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que “todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter” (CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1994, p. 4). Incluir vai além de simplesmente inserir o aluno em sala regular de ensino, incluir é dar todo o suporte e condições necessárias para o educando

realmente sejam incluídos nas atividades (atividades em sala, fora de sala de aula, brincadeiras, gincanas, festas, entre outros) propostas pela escola. Para que essas atividades sejam efetivadas, podemos contar com os recursos materiais, tais como, jogos pedagógicos variados, kit da sala multifuncional oferecido pelo MEC que contém dois computadores, um teclado tipo colmeia, scanner, impressora laser, televisão oferecidos pelas salas de recursos das escolas do Distrito Federal e recursos humanos, professores, monitores, servidores.

## CAPITULO I - MARCOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Para entendermos o motivo pelo qual a situação da educação especial e inclusiva se encontra hoje da maneira como estar no Brasil, devemos fazer uma retrospectiva e analisarmos os fatos marcantes da história da educação especial. O Brasil foi influenciado por experiências concretizadas na Europa e nos Estados Unidos. Por iniciativa de alguns brasileiros do século XIX, foram organizados serviços para atendimento a cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos, sendo iniciativas oficiais e particulares, partindo de educadores interessados pelo atendimento educacional a pessoas com necessidades especiais.

Segundo Mazzota<sup>1</sup> (2005), o atendimento escolar especial às pessoas com necessidades especiais teve início, no Brasil, em 12 de outubro de 1854, quando D. Pedro II, através do decreto imperial nº 1428, fundou, na cidade do Rio de Janeiro o “Imperial Instituto dos Meninos Cegos”.

Em 17 de maio de 1890, no Governo Republicano, o chefe do governo provisório, Marechal Deodoro da Fonseca e o Ministro da Instituição Pública, Correios e Telégrafos, Benjamim Constant Botelho de Magalhães, assinaram o decreto n.º 408, mudando o nome dessa instituição para Instituto de Cegos. Mais tarde, em 24 de janeiro de 1891, pelo decreto n.º 1320, a escola passou a denominar-se “Instituto Benjamim Constant” (IBC), e tem o mesmo nome até os dias atuais.

Conforme explicita Mazzotta:

Importante salientar que desde seu início a referida escola caracterizou-se como um estabelecimento educacional voltado para a “educação literária e o ensino profissionalizante” de meninos “surdos-mudos”, com idade entre 7 e 14 anos. (MAZZOTTA, 2005, p. 29)

Nesta época eram priorizados os trabalhos em oficinas para deficientes sendo que o atendimento pedagógico ou médico pedagógico eram estabelecidos nestas instituições.

Três anos após a criação do “Imperial Instituto dos Meninos Cegos”, D. Pedro II fundou, no Rio de Janeiro, o “Imperial Instituto dos Surdos e Mudos”. Cem anos depois, passaria a denominar-se “Instituto Nacional de Educação de Surdos” – INES. É

destinado à educação literária e ao ensino profissionalizante de crianças com deficiência auditiva e visual, com idade de sete a quatorze anos. Algum tempo depois, foram instaladas oficinas para a aprendizagem de ofícios. Existe a Oficina de Tipografia e Encardenação para os meninos com deficiência visual e a Oficina de Tricô para as meninas com deficiência visual.

Em 1950, existiam cinquenta e quatro estabelecimentos de ensino especializados destinados às pessoas com necessidades educativas especiais. São instituições federais, estaduais e particulares.

Tais como: Instituto Benjamim Constant (IBC), em 1942 editou em braile a primeira *Revista Brasileira para Cegos*. Instituto de Cegos Padre Chico, destinado a atender crianças deficientes em idade escolar, em São Paulo. Fundação para o Livro de Cegos no Brasil, voltada para o atendimento de deficientes cegos, instalada em São Paulo, desde 1946. Instituto Santa Terezinha, a fundação dessa entidade ocorreu graças à ida de freiras brasileiras a Paris, destinadas a preparar professores especializados no ensino de crianças com deficiência auditiva, este instituto foi fundado em 1925 em Campinas (SP). Escola Municipal de Educação Infantil e de 1.º Grau para deficientes auditivos Helen Keller, fundada em São Paulo em 1951.

Instituto Educacional São Paulo – IESP, destinado ao ensino de crianças especiais. Santa Casa de Misericórdia São Paulo, presta atendimento especializado a deficientes físicos (não sensoriais), com propósitos educacionais. Instituto Pestalozzi de Canoas (Rio Grande do Sul), criado em 1926, com o fim de atender a deficientes mentais. Sociedade Pestalozzi Minas Gerais, criada em 1935, atende a crianças com deficiência mental. Em 1948, funda-se no Rio de Janeiro a Sociedade Pestalozzi do Brasil, e em São Paulo no ano de 1952, ambas com o mesmo trabalho de atendimento à pessoa com necessidades educativas especiais. (Mazzota, 2005)

Surge em 1961 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 4.024/61, em que trata-se dos direitos dos excepcionais à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino, onde começa a se tratar na lei sobre a inclusão e como segunda opção o ensino especializado.

A Lei nº.5.692/71 em seu Art. 9º:

Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.

Com essa exceção na lei, em oferecer tratamento especial em alguns casos, os alunos continuam a ser encaminhados para o atendimento educacional especializado, pois a inclusão deve ser feita preferencialmente, porém a escola não tem estrutura para que essa seja realizada, e os alunos acabam tendo a educação dos “excluídos”.

E, em 1973, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) que introduziu a Educação Especial no planejamento de políticas públicas, ao mesmo tempo em que iniciou a implantação de subsistemas de Educação Especial nas diversas redes públicas de ensino, através da criação de escolas e classes especiais, e projetos de formação de recursos humanos especializados, inclusive no exterior (FERREIRA & GLAT, 2003).

Dessa maneira continua as ‘políticas especiais’ para a educação de alunos com necessidades educacionais, através do atendimento educacional especializado, ou seja, classes especiais ou centros de ensinos especiais.

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” , como um dos princípios para o ensino e, garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1988,art. 208).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº. 8.069/90, artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados, ao determinar que "os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

Segundo a Declaração Mundial de Educação para todos (1990):

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.(UNESCO,1990)

Ou seja, nesse período já havia em lei a preocupação com os alunos que possuíam necessidades especiais, porém na prática, não havia suporte para esses alunos, e a educação especial não adquiria grandes avanços

No ano de 1994 reuniram-se em Salamanca - Espanha alguns representantes de 92 governos e 25 organizações internacionais com a intenção de promover significativas mudanças no que diz respeito a educação voltada para todos e em específico, aos sujeitos com necessidades educacionais especiais.

Como resultado da conferência foi aprovada a Declaração de Salamanca, documento que deu força aos princípios mundiais de garantia de acesso e permanência de todos a educação, determinando um plano de ação para a mudança da educação especial e instituindo que as escolas regulares de ensino devessem receber todas as crianças, independente de suas diferenças físicas, intelectuais, sociais e emocionais. Nessa declaração há uma nova conceituação do termo “necessidades educacionais especiais”, a qual se refere “a todas as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagem.” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.18)

Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de ‘integração instrucional’ que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que "(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais”. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.18)

Essa política nos faz refletir que o ensino foi preparado para uma turma homogênea em que todos os alunos tenham o mesmo ritmo de aprendizagem, sendo que a realidade é bem diferente, independente de deficiência que possua ou não, o aluno é um sujeito nesse processo que possui as suas particularidades.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37). Essas adaptações auxiliam para que os alunos consigam concluir o seu processo de ensino aprendizagem.

O Capítulo IV da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 reforça o princípio constitucional da oferta do ensino que se destina as crianças com necessidades educacionais especiais preferencialmente nas instituições regulares. E mais, em seu parágrafo 2, discorre que “o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.” (BRASIL, 1996)

Seguindo a interpretação do referido parágrafo pode-se observar a existência de instituições fora da escola regular especializadas no atendimento de crianças com necessidades educacionais especiais sempre que “não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.” Sendo que a escola deve se mobilizar para que o este atendimento dito especializado seja realizado ao mesmo tempo em que o aluno está incluso, mas na realidade o que ocorre é o continuo encaminhamento desses alunos aos centros de ensino especiais ou classes especiais.

E mais, ao colocar as condições específicas dos alunos como uma exceção no processo de inclusão, a escola teria o poder de recusar uma criança deficiente quando esta demandasse necessidades adicionais àquelas que a escola pudesse oferecer, e com essa ‘justificativa’ a escola consegue continuar com o seu ensino dito ‘homogêneo’ em que todos os alunos aprendem da mesma maneira, sendo que o ensino não tem como características alunos que aprendem simultaneamente no mesmo ritmo.

Percebe-se que o sistema de ensino condiciona a criança a se adaptar a ele quando na verdade deveria ser a escola que deveria se adaptar ao aluno, as suas necessidades para que o mesmo consiga se socializar com os demais alunos em busca do sucesso escolar de todos, pois nenhum aluno é igual ao outro, não existe uma escola padrão, portanto independentemente de qualquer tipo de deficiência, a escola deve visar o sucesso de todos os seus alunos.

Em 1999, o Decreto nº 3.298 que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica ampliam a responsabilidade da escola com relação aos alunos que possuem necessidades educacionais especiais, pois a escola deve organizar-se, adaptar-se para que esses alunos tenham uma educação de qualidade e condições de avanço, entretanto, continua a possibilidade de substituir o ensino regular, e nessa possibilidade a escola pode se eximir dessa responsabilidade de ter que se adaptar a esses alunos.

O Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 10.172/2001 afirma que “Apesar do crescimento das matrículas, o déficit é muito grande e constitui um desafio imenso para os sistemas de ensino, pois diversas ações devem ser realizadas ao mesmo tempo. Entre elas, destacam-se a sensibilização dos demais alunos e da comunidade em geral para a integração, as adaptações curriculares, a qualificação dos professores para o atendimento nas escolas regulares e a especialização dos professores para o atendimento nas novas escolas especiais, produção de livros e materiais pedagógicos adequados para as diferentes necessidades, adaptação das escolas para que os alunos especiais possam nelas transitar, oferta de transporte escolar adaptado, etc”.



Ou seja, para que consigamos uma escola inclusiva ainda temos que avançar muito, em diversos aspectos citados acima, pois nem sempre há matrícula, ou quando há não basta apenas colocar o aluno na escola, é preciso dar a ele condições para que tenha uma educação de fato.

A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência, toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Tendo como objetivo prevenir e eliminar todo tipo de discriminação com relação a discriminação de deficientes.

Em 2001, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica constitui um documento de apelo nacional que direciona a educação especial para auxiliar a ação do processo de inclusão. Ao compreender como inclusão “a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade”, o documento já estabelece a justificativa por um espaço escolar democrático e, portanto, inclusivo. Tais diretrizes trazem propostas no âmbito político, técnico-administrativo e pedagógico para a implementação da inclusão nas escolas brasileiras. O documento norteia a ação da sociedade brasileira na educação das crianças.

Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular e formação docente conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais além da formação específica relacionada às diferentes etapas da educação básica.

Resolução CNE/CEB nº 2/01 institui as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades. Essa resolução é a mais abrangente em termos de legalidade, pois define diversas adaptações para que o processo de inclusão seja realizado de fato.

Em 2003, o Ministério da Educação cria o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, visando transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, que promove um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, a organização do atendimento educacional especializado e a promoção da acessibilidade.

O Decreto nº 5.296/04 regulamentou as leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, com ênfase na promoção de acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

O Decreto nº 5.626/05 dispõe a respeito da inclusão de Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores, visando a inclusão dos alunos com deficiência auditiva nas classes regulares.

Em 2006, com a implantação dos Núcleos de Atividade das Altas Habilidades/Superdotação – NAAH/S em todos os estados e no Distrito Federal, disponibilizando recursos didáticos e pedagógicos, bem como oferecendo formação continuada à professores e demais profissionais para atender todas as necessidades dos alunos com altas habilidades/superdotação.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, da qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados Parte devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta de inclusão plena, adotando medidas para garantir que: “As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24).”

Em 2006, é lançado o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos que objetiva, entre outros, incentivar formas de acesso às ações de educação em direitos humanos a pessoas com deficiência, que vão além do acesso da pessoa com deficiência e leva em consideração a sua permanência na educação superior.

Em 2007, no contexto com o Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, reafirmado pela Agenda Social de Inclusão das Pessoas com Deficiência. Foram dirigidas algumas ações, tais como, “salas de recursos multifuncionais”, e materiais didáticos destinados ao

atendimento especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais. O programa “Olhar Brasil”, desenvolvido para identificar os alunos com problemas de visão e distribuir óculos gratuitamente. O “Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiências que possuem o benefício de Prestação Continuada da Assistência Social”, No documento Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas, é reafirmada a existência da oposição do ensino regular e do ensino especializado

Contrariando a concepção sistêmica da transversalidade da educação especial nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, a educação não se estruturou na perspectiva da inclusão e do atendimento às necessidades educacionais especiais, limitando, o cumprimento do princípio constitucional que prevê a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a continuidade nos níveis mais elevados de ensino (2007, p. 09).

O Decreto nº 6.094/2007 estabelece dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas.

Tem-se assegurado legalmente a garantia do acesso igualitário a educação para todos no artigo 208, inciso III da Constituição Federal Brasileira de 1988, que garante que alunos com necessidades educacionais especiais tenham-lhes ofertada educação de qualidade devendo receber atendimento “preferencialmente” na rede regular de ensino junto às demais crianças. Esta colocação abre espaço para que as atividades em centros de ensino especial ainda sejam desenvolvidas, mas somente quando a inclusão não pode ser realizada devido algum motivo, ou por falta de estrutura da escola no caso da deficiência do aluno, como por exemplo, trocador de fraldas, por ele não conseguir se adaptar a escola e demais alunos. Abre espaço para que as escolas neguem o acesso ao aluno com necessidade educacional especial, argumentando não terem estrutura para receber o aluno.

A lei efetivamente não está sendo cumprida, pois sua execução estaria longe do ideal tendo em vista que a proposta política de tratar com igualdade educacional a diversidade da população não pressupõe garantir às diferentes culturas uma única educação de qualidade.

Com a aprovação de um protocolo assinado em 30 de Março de 2007 na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, cujos Estados participantes se comprometeram em adotar medidas legislativas, administrativas ou de qualquer outra natureza que fossem necessárias para garantir o respeito aos direitos reconhecidos da pessoa com deficiência, lutando contra a sua discriminação. Essa Convenção reconhece a necessidade desse tratado porque as pessoas com deficiência representam um dos grupos mais marginalizados e que os seus direitos têm sido ignorados ou negados rotineiramente em muitas partes do mundo.

No que se refere ao grupo das crianças consideradas deficientes o protocolo defende o direito de expressar-se livremente “em igualdade de oportunidades com as demais crianças e recebam atendimento adequado à sua deficiência e idade, para que possam realizar tal direito.” (2007, art. 7)

Em 2008, O Decreto Nº 6.571 dispõe sobre o atendimento educacional especializado, afirmando que entende-se por atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. Ou seja, os atendimentos realizados fora do ensino regular.

### **1.1 Linha do Tempo**

De acordo com reportagem publicada na Revista Nova Escola, Editora Abril (2009), o desenrolar da Educação Especial no Brasil segue em destaque a ordem relacionada:

- **1854 – Problema Médico:** Dom Pedro II funda o Imperial Instituto dos Meninos Cegos no Rio de Janeiro e não há preocupação com a aprendizagem.
- **1948 – Escola para Todos:** é assinada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que garante o direito de todas as pessoas à Educação.
- **1954 – Ensino Especial:** é fundada a primeira Associação de Pais e amigos (APAE), na qual o ensino especial surge como opção para escola regular.
- **1961 – LDB Inova:** proclamada a lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDB), a qual garante o direito da criança com deficiência à Educação, preferencialmente na escola regular.
- **1971 – Retrocesso Jurídico:** foi estabelecida a Lei nº5692/71 que determina "tratamento especial" para crianças com deficiência.

- **1973 – Segregação:** é criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) que tem a perspectiva de integrar os alunos que acompanhar o ritmo de estudos, os demais estudantes se ingressariam na Educação Especial.
- **1988 – Avanço na Nova Carta:** a Constituição estabelece a igualdade no acesso à escola. O Estado deve dar atendimento especializado, de preferência na rede regular.
- **1989 – Agora é Crime:** aprovada a Lei nº7853/89 que criminaliza o preconceito. Esta lei só entrou em vigor apenas em 1999.
- **1990 – O Dever da Família; Direito Universal:** o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece aos pais ou responsáveis a obrigatoriedade da matrícula dos filhos em rede pública. Com o Direito Universal, houve a Declaração Mundial de Educação para Todos reforça a Declaração Mundial dos Direitos Humanos e estabelece que todos devem ter acesso à Educação.
- **1994 – Influência Externa; Mesmo Ritmo:** a Declaração de Salamanca define políticas, princípios e práticas da Educação Especial e influi nas políticas públicas da Educação. No Mesmo Ritmo, a Política Nacional de Educação Especial condiciona o acesso ao ensino regular àqueles que possuem condições de acompanhar "os alunos ditos normais".
- **1996 – LDB Muda Só Na Teoria:** a Nova Lei atribui às redes de ensino o dever de assegurar currículo, métodos, recursos e organização para atender às necessidades dos educandos.
- **1999 – Decreto nº3298:** é criada a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e define a Educação Especial como ensino complementar.
- **2001 – As Redes se Abrem; Direitos:** a Resolução CNE/CEB2 divulga a criminalização da recusa em matricular crianças com deficiência, com isso aumentou o número de dessas crianças no ensino regular. Em relação aos direitos, o Brasil promulga a Convenção de Guatemala, que define como discriminação, com base na deficiência, o que impede o exercício dos direitos humanos.
- **2002 – Formação Docente; Libras Reconhecida; Braille em Classe:** a Resolução CNE/CP1 define que o ensino superior deve preparar os professores na formação acadêmica para atender alunos com necessidades especiais. A Lei nº10436/02 reconhece a língua brasileira de sinais como meio de comunicação e expressão. Em relação ao Braille em Classe, houve a Portaria nº2278/02 que aprova normas para uso, o ensino, a produção e difusão do braille em todas as modalidades de Educação;

- **2003 – Inclusão se Difunde:** O Ministério da Educação (MEC) cria o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que forma professores para atuar na disseminação da Educação Inclusiva;
- **2004 – Diretrizes Gerais:** o Ministério Público Federal reafirma o direito à escolarização de alunos com e sem deficiência no ensino regular;
- **2006 – Direitos Iguais:** convenção aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) estabelece que as pessoas com deficiência tenham acesso ao ensino inclusivo;
- **2008 – Fim da Segregação; Curva Inversa; Confirmação:** a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva define: todos devem estudar na escola comum. Já a Curva Inversa ocorreu devido o fato, pela primeira vez, o número de crianças com deficiência matriculadas na escola regular ultrapassa a quantidade das que se encontram na escola especial. Em 2008, ocorreu a confirmação, pois o Brasil ratifica a convenção dos direitos das pessoas com deficiência, da ONU, fazendo da norma parte da legislação nacional.

Percebe-se que no Brasil a Educação Especial, passou várias reformas legislativas e políticas, mas não foi disponibilizado verbas suficiente para a educação, principalmente para Educação Inclusiva, como as instituições especializadas, escolas para cegos, ou escolas para atender pessoas que apresentam deficiência mental, física, auditiva entre outras. Nota-se ainda, assim como para preparação de educadores da Educação Especial e Inclusiva, isso se nota pelo despreparo dos mesmos para trabalhar com essas pessoas.

## CAPITULO II – INCLUSÃO ESCOLAR: CONTEXTOS E PERSPECTIVAS

O debate sobre inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais vem tomando imensas proporções e influenciando diretamente o ambiente escolar e todos os seus agentes educacionais. Primeiramente é necessário conceituar inclusão, para entender sua complexidade e seus significados. Para Mantoan, inclusão e educação inclusiva são, respectivamente,

Inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro. (MANTOAN, 2005, p. 24)

Quando a autora afirma que inclusão é estar e interagir com o outro, percebe-se que inclusão é mais que estar no mesmo ambiente, é a socialização do outro com o grupo, afim de desfrutar e compartilhar de pessoas de diferentes que trazem consigo a sua singularidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 define no artigo 58 que a educação especial como modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para os educandos com necessidades especiais. No seu artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino deverão assegurar aos alunos “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades” e a aceleração de estudos para que alunos superdotados possam concluir em menor tempo o programa escolar.

O caminho ainda é longo para que a inclusão seja realizada de fato, porém as pessoas já estão em um processo de conscientização, sabem que os alunos com necessidades educacionais especiais – ANEE’s têm o direito de ir para a escola regular, mesmo havendo resistência por parte de instituições especializadas, principalmente em

deficiência intelectual, em que muitos continuam acreditando que o melhor é excluir, manter as crianças em escolas especiais, que dão ensino adaptado.

Ao se tratar de inclusão da criança com necessidades educacionais na rede regular de ensino, é necessário pensar primeiro em um dos maiores obstáculos que reside no isolamento que acaba vivenciando seja na família, seja na vida escolar, seja na vida em sociedade, por haver não acreditarem que a mesma seja capaz de acompanhar os demais.

Incluir também não significa criar classes especiais em ensino regular, onde as crianças interagem nos momentos fora de sala de aula, ou seja, recreio, entrada e saída. Incluir é possibilitar que os ANEE's tenham a oportunidade de construir seu próprio processo de ensino aprendizagem de forma ativa e participativa.

Oferecer o ensino em segregadas salas de educação especial é o mesmo que criar um isolamento dos educandos com relação a socialização, pois esta só ocorre diante da diversidade, identificando assim que todos possuem habilidades e dificuldades independentemente de possuir ou não alguma deficiência. Escolas são espaços que tem como função promover a educação para todos. Logo todos, independente de raça, cor, classe social, idade ou gênero tem o direito de fazer parte da sociedade contribuindo para o crescimento da mesma, e essa contribuindo para o seu crescimento individual, o seu desenvolvimento social, cognitivo e emocional através da escolarização.

Existe uma idéia no senso comum e até mesmo em certos argumentos e interpretações de algumas teorias que vão contra a inclusão de ANEE's no ensino regular afirmando que estes não seriam competentes e capazes de acompanhar os demais alunos.

Ora a sociedade não é padronizada e homogênea, apesar de ser tratada como tal, logo a escola também não será. A escola é um passo importante para o avanço da inclusão social da pessoa com necessidades especiais. A diversidade no ambiente escolar é fundamental para o enriquecimento das trocas quem ocorrem entre os sujeitos que interagem nesse ambiente, sejam elas: trocas sociais, culturais ou intelectuais.

A escola tem que ser o reflexo da vida do lado de fora. O grande ganho, para todos, é viver a experiência da diferença. Se os estudantes não passam por isso na infância, mais tarde terão muita dificuldade de



vencer os preconceitos. A inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pelo cor que, por direito, ocupem o seu espaço na sociedade. Se isso não ocorrer, essas pessoas serão sempre dependentes e terão uma vida cidadã pela metade. (MANTOAN, 2005, REVISTA NOVA ESCOLA)

A ação educativa para ser eficaz, precisa reconhecer a importância do atendimento individual às necessidades do educando, incluindo a utilização de recursos didáticos específicos que sejam necessários à concretização do desenvolvimento dos ANEEs. Mesmo com todos os avanços relacionados às leis e a alguns programas que já vem sendo desenvolvidos com sucesso, sabe-se que ainda se tem muito a fazer para que os ANEEs realmente sejam incluídos, primeiramente nas escolas de ensino regular, onde terão contato com a realidade, de forma que aceitem e sejam aceitos pelo grupo escolar. Depois serem tratados como iguais perante a sociedade, com suas limitações e superações. Mas, para que isto aconteça é imprescindível uma formação de qualidade que prepare e capacite os educadores, para incluírem primeiro os ANEEs no ambiente escolar sem que sejam estes ridicularizados pelos demais indivíduos.

A Educação Inclusiva implica na definição de políticas públicas, traduzidas nas ações institucionalmente planejadas, implementadas e avaliadas. Assim, a implantação de propostas com vistas à construção de uma Educação Inclusiva requer mudanças nos processos de gestão, na formação de professores, nas metodologias educacionais, com ações compartilhadas e práticas colaborativas que respondam às necessidades de todos os alunos (MEC -2007).

A questão fundamental se tratando de ANEE é o respeito à diversidade. O sistema educacional brasileiro foi estruturado em um modelo de preparação e formação para o mercado de trabalho, que se ausenta de qualquer responsabilidade social uma vez que visa exclusivamente o lucro. Temos uma escola que não está preparada, para cumprir seu objetivo “teórico” que é o da promoção da cidadania com respeito e igualdade para todos e todas. Este assunto não diz respeito apenas aos ANEE, mas a toda a sociedade que julga, exclui e marginaliza qualquer pessoa que foge do padrão estabelecido por ela. O respeito não é algo que se nasce com ele, tem de ser construído assim como outros valores que acreditamos ser importantes, como a amizade, o companheirismo e etc. Porém para que essa construção ocorra precisamos estar abertos ao que é diferente de nós, não só em aspectos físicos, mas psicológicos, emocionais e sociais.

De acordo com a constituição brasileira, tanto as escolas públicas, quanto as particulares têm obrigação de aceitar a matrícula de qualquer aluno, para o caso de estudantes com deficiência a escola deve considerar a mobilidade reduzida e as possibilidades de fala e comunicação diferenciadas para pensar as estratégias de acesso, permanência e aprendizagem de cada um deles. Nessas situações a escola deve encontrar estratégias que possam viabilizar a aprendizagem de modo que o ANEE se sinta em condições normais de desenvolver-se.

A escola deve garantir o direito de todos à educação, conforme previsto em nossa constituição, e isso não significa somente adequar estruturalmente a escola, colocando rampas e banheiros maiores com apoio, é necessário providenciar a formação dos professores para receber o aluno com necessidade educacional especial especificamente, discutir e elaborar estratégias para maior participação da família na vida escolar do aluno e adaptação do currículo de acordo com as limitações.

A escola precisa em um primeiro momento fazer uma avaliação para conhecer aluno que a frequenta, ou seja, se ele necessita de apoio pedagógico, como aulas de reforço de preferência no contraturno, oferecidas neste caso pela sala de recurso da escola, para que o mesmo consiga vencer suas limitações e acompanhe os demais da turma, ou até mesmo se ele necessita de orientação educacional, se o seu desempenho na escola não está ocorrendo da maneira esperada devido a fatores externos, como algum problema familiar. Tudo isso ajuda na sua integração dentro e fora da escola.

Se a escola não possui verba ou apoio pedagógico, deve estar sempre atenta a possibilidade de fazer parcerias com entidades de educação especial, exigir o apoio previsto em lei.

Um bom projeto pedagógico e os planos de aula dos professores valorizam a história, a cultura e as experiências que os alunos já trazem consigo. Muitas escolas diversificam o programa, mas esperam que no fim das contas todos tenham os mesmos resultados, como se a aprendizagem fosse padronizada e todos conquistassem ao mesmo tempo o resultado esperado pela escola. Os alunos precisam de liberdade para aprender do seu modo, de acordo com as suas condições, em seu tempo, não somente aqueles alunos que possuem alguma deficiência como os que não possuem nenhuma também.

A inclusão não se limita a dar suporte somente os alunos que possuem alguma deficiência ou limitação no processo de ensino-aprendizagem, mas apóia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que todos obtenham sucesso no ambiente escolar e conquistem os seus objetivos de acordo com a sua função neste. O sucesso escolar somente será conquistado com a colaboração de todos, todos em busca de um só objetivo, por isso a escola deve estar sempre tomando medidas para que o preconceito e a discriminação sejam extintas neste ambiente.

Para que realmente haja a inclusão é preciso, primeiro que reconheçamos as diferentes formas de aprendizado e de desenvolvimento que estão presentes em nosso meio e os ANEEs apresentam ainda várias outras formas de desenvolverem-se de acordo cada um com sua necessidade, assim como os alunos considerados “normais”.

Segundo as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001), a escola inclusiva pode ser assim definida salientando a relevância da interação social entre os pares diferentes para a constituição do sujeito, bem como, a importância de se dar suporte aos educadores para a ação pedagógica diferenciada:

O conceito de escola inclusiva implica uma nova postura da escola comum, que propõe no projeto pedagógico – no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educadores – ações que favoreçam a interação social e sua opção por práticas heterogêneas. A escola capacita seus professores, prepara-se, organiza-se e adapta-se para oferecer educação de qualidade para todos. Inclusão, portanto, não significa simplesmente matricular todos os educandos com necessidades educacionais especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário a sua ação pedagógica. (BRASIL, 2001, p. 34)

Contudo, esses conceitos sobre a educação inclusiva por muitas vezes tem sido distorcidos quanto a seus ideais, principalmente no que se refere à mudança do cotidiano escolar. Não é raro confundir-se inclusão com integração. Uma diferenciação essencial quanto aos conceitos e práticas de inclusão e integração. Dois pontos a serem observados tanto sobre a integração, quanto sobre a inclusão são em relação a como elas vão acontecer e de que forma, pois, a integração se resume ao fato de colocar alunos com alguma necessidade em contato com alunos ditos “normais”, mas fica uma questão, esse acontecimento por si só vai integrá-los em um ambiente escolar regular? Não é tão fácil assim. A integração dos ANEE é algo hoje mais superficial, apenas garantir, por exemplo, uma vaga em uma escola de ensino regular para um ANEE, já a inclusão parte

do princípio que eles venham a ter condições de aprendizagem e de desenvolvimento cognitivo, afetivo, social dentre outros, eles tem de ser ensinados a serem independentes, claro que cada um com suas limitações.

Entende-se que a ação educativa da escola e seus objetivos, estão direcionados a alunos em perfeitas condições biopsicossociais e aos demais que puderem se beneficiar da programação curricular desenvolvida nos espaços educativos, e esse é um ponto no qual o MEC (Ministério da Educação), e outras organizações sociais vêm tentando modificar aos poucos, e na verdade se conseguiu várias conquistas como o *Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade* que está sendo realizado em parceria com o MEC, a Diretoria de Educação Especial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que visa à formação de gestores e educadores nesta área.

O *Programa de educação inclusiva: direito à diversidade*<sup>1</sup>, tem o objetivo de disseminar a política de educação inclusiva nos municípios brasileiros e apoiar a formação de gestores e educadores para efetivar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos. Ele adota como princípio, a garantia do direito dos alunos com necessidades educacionais especiais de acesso e permanência, com qualidade, nas escolas da rede regular de ensino.

O Programa, por meio de suas ações, tem proporcionado melhores condições de acesso e permanência na escolarização para alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas e classes comuns da rede regular de ensino. O avanço da educação inclusiva nos últimos anos está demonstrado nos números do Censo Escolar/INEP, que registram o crescimento da matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais, passando de 337.326 alunos, em 1998, para 640.317 em 2005<sup>2</sup>.

Assim, a implantação de propostas com vistas à construção de uma educação inclusiva requer mudanças nos processos de gestão, na formação de professores, nas metodologias educacionais, com ações compartilhadas e práticas colaborativas que respondam às necessidades de todos os alunos. Simplesmente colocá-los em turmas regulares, não vai minimizar o problema, é preciso de fato uma proposta concreta de ações para essa criança, de modo que assim como os demais da turma ela possa se desenvolver por inteiro.

---

<sup>1</sup> **Programa de educação inclusiva: direito à diversidade.** Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=250&Itemid=826](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=250&Itemid=826)>. Acesso em: 23 ago. 2012.

<sup>2</sup> **Programa de educação inclusiva: direito à diversidade.** 2010.

É preciso respeitar os educandos em sua individualidade, para não se condenar uma parte deles às categorias especiais de ensino ou até mesmo ao fracasso, pois cada educando tem o seu tempo de aprendizagem, e mesmo que seja um processo mais demorado comparado aos demais, isto não significa que este será destinado ao fracasso. É complicado para a maioria das pessoas a idéia de que os seres humanos são seres únicos, singulares e que é injusto e inadequado serem categorizados, estereotipado e rotulados.

Quando se trata do aluno como um número da chamada, ou como o aluno que possui determinada deficiência, foca no aluno, as suas limitações e não as suas capacidades.

Neste contexto é mais adequado tratar o aluno que possui necessidades educacionais especiais ao invés de deficientes, pois o primeiro termo nos dá a idéia de somente precisar de um apoio para que consigam explorar todas as suas capacidades, já o segundo termo nos dá idéia de que seu desenvolvimento será limitado e provavelmente fracassado. Essa mudança de nomenclatura significa o início de um ensino sem classificações ou rótulos, o termo deficiência se apóia nas patologias dos alunos, e a denominação ANEE na ponderação de necessidades educacionais comuns, como materiais, tais como, diversos aparelhos, óculos, cadeiras de roda, computadores, ou recursos humanos, tais como, aulas de reforço para que consigam acompanhar a turma em que está inserido. Os rótulos são termos pejorativos que se baseiam na carência de algo, na deficiência, na incapacidade e na limitação, enfatizam as dificuldades e não as potencialidades.

Quando se trata de indivíduos que fogem aos padrões de normalidade estabelecidos, a situação se agrava devido as suas limitações que são maiores, e são encarados como aqueles que não conseguirão ter uma vida como os demais, ou seja, não irão conseguir alcançar o nível superior de ensino e um bom emprego, pois quando se espera algo dos mesmos, se espera no máximo, que com muita sorte consigam aprender a ler e escrever e um emprego de balconista em algum comércio. Como resultado dessas expectativas diminuídas criadas em relação à pessoa com necessidade especial, o seu desenvolvimento humano acaba sendo influenciado diretamente.

E neste processo de inserção dos mesmos na sociedade como um todo, para que consigam ter uma vida como os demais, que a escola assume um papel fundamental

junto com a família, pois na escola começa-se a sua integração, pois não queremos uma escola homogênea, padronizada. É na escola que a criança tem seu primeiro contato com o mundo de tal forma como ele é, pois dentro de casa, a família, na maioria das vezes, o protege de possíveis sofrimentos, o que acaba fazendo com que a criança não evolua no seu desenvolvimento.

### CAPITULO III – O PROFESSOR E SUA IMPLICAÇÃO NO PROCESSO DE INCLUSÃO

O professor é um profissional que atua em várias instâncias da prática educativa direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, tendo em vista, objetivos de formação humana previamente definidos em sua contextualização histórica. Para tanto o “programa de formação de professores deve incluir amplo fundo de educação profissional comum e especializado. Além disso devem ser-lhe proporcionadas experiências praticas, integradas com a teoria” (MAZZOTA, 1996, p. 43). Ao analisarmos os documentos referentes ao assunto, sempre nos deparamos com essa necessidade da associação da teoria e prática.

No que se refere à questão do educador desenvolver uma “práxis” capaz de responder aos desafios e exigências colocadas pela realidade social, cultural e educacional, é necessário que o professor mesmo assumindo-se como sujeito da produção do saber torne-se um mediador no processo de ensino-aprendizagem do educando, portanto deve ser capaz de desenvolver um trabalho pedagógico de modo a potencializar sua ação como agente de mudanças no contexto social.

Em se tratando de educação numa perspectiva inclusiva se faz necessário que o professor disponha, na sua formação profissional, de conhecimentos teóricos e práticos que subsidiem suas ações para que sua atuação seja eficaz e para que a inclusão aconteça de acordo com as exigências da legislação, fundamentada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, Declaração de Salamanca e Documento da Política Nacional de Educação Especial numa Perspectiva de Educação Inclusiva. Os quais garantem a participação dos alunos com necessidades educacionais especiais em ensino regular, ou seja, escolas comuns.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 define no artigo 59 inciso III que “os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como, professores do ensino regular, capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

Nessa perspectiva entende-se que as orientações em relação à formação do professor são lembradas na legislação educacional, preocupa-se com a qualificação do

profissional da educação para atuar na proposta inclusiva, definida para a Educação Especial.

Nesse contexto é correto afirmar que as leis e políticas públicas apontam de certa forma para a necessidade de oferta da formação inicial e continuada numa perspectiva que favoreça a devida profissionalização e a instrumentalização necessária para que os professores possam desenvolver seu trabalho de modo a garantir o acesso, a permanência com sucesso de todos os alunos.

Para que seja realizado um trabalho digno de aceitação e sucesso, é preciso que haja alguns questionamentos acerca do direito de todos à educação e sobre o papel da escola no desenvolvimento de pessoas com algum tipo de necessidade especial.

São até compreensivos os problemas que atingem as escolas, considerando a falta de orientação em como trabalhar o desenvolvimento dos ANEE, a formação precária nos cursos de formação de educadores, a falta de investimentos do governo tanto para a formação continuada de professores quanto para as próprias escolas que necessitam de materiais didáticos adequados para trabalhar com cada ANEE de forma específica, porém estes fatores não podem ser empecilhos para sempre, há que se trabalhar quase sempre que por conta própria para promover a construção do conhecimento por uma pessoa que tenha mais dificuldades que o comum.

Atualmente a formação de professores tem sido tema constante nas discussões de pensadores e educadores, preocupados com a formação de um profissional reflexivo, capaz de atuar com responsabilidade e comprometimento para uma educação de qualidade.

A formação do professor é extremamente importante, mas apenas ela não garante a qualidade da educação. É necessário políticas públicas que possam começar a mudar essa visão do que é ser professor. A maioria dos alunos que está na licenciatura não quer ser professor, muitos têm até possibilidade de escolha, pegam a licenciatura como segunda opção, para valorizar o currículo, mas não querem ser professores. Essa discussão da formação do professor tem que ser retomada, pois ser professor vai muito além de uma boa formação é necessário que tenha o comprometimento com a educação, com o sucesso escolar de seus alunos.

A escola depende de um bom funcionamento de uma complexa engrenagem para que os objetivos finais da escola – a socialização do aluno, o ensino e a aprendizagem – sejam cumpridos de maneira eficiente. As peças mais importantes dessa máquina são as pessoas: diretores, coordenadores, professores, funcionários, técnicos, secretários e



prestadores de serviço. Esses profissionais precisam estar comprometidos com a missão da escola e alinhados às expectativas.

Na concepção histórico-crítica, Saviani (2001), aponta que o papel do professor nesse processo de inclusão é fundamental, uma vez que, ele é o mediador do processo ensino/aprendizagem, por isso há a necessidade do professor repensar qual o seu papel, qual a sua importância nesse processo e o que ele pode fazer para que esse processo de inclusão seja realizado da melhor maneira possível.

Mantoan (2006) afirma que é necessário recuperar, urgentemente, a confiança dos professores em saberem lidar e desenvolver o processo de ensino aprendizagem com todos os alunos, sem exceções. Para isso, é oportuno possibilitar aos docentes a participação em cursos que discutam estratégias educacionais visando à participação ativa e consciente de todos os alunos no processo de ensino-aprendizagem, mas além dessa participação em cursos que deem suportes para os mesmos é necessário que estes professores busquem dentro de sala de aula fazer o seu trabalho da melhor maneira possível para todos os alunos, sejam eles com necessidades especiais ou sem nenhuma limitação.

Ensinar é uma tarefa que envolve principalmente conhecimento acerca de como se dá o processo de ensino/aprendizagem, domínio do conhecimento a ser socializado, competência técnico-pedagógica, planejamento, intencionalidade pedagógica, competência para perceber e atender às especificidades educacionais dos alunos. Para isso se faz necessário uma boa formação e dedicação para colocar em prática tudo o que se aprende na teoria.

Quando falamos a respeito da pessoa do professor, ao invés de reconhecer suas falhas e dificuldades, o professor acaba responsabilizando o aluno por sua incompetência, tendo como base as suas limitações físicas, psicológicas. Os professores, em geral, não toleram a ideia de fracasso profissional, talvez por isso seja fácil aceitarem a falácia de que algumas crianças não conseguem aprender (BARBOSA 2000).

Nesse sentido, se faz necessário ressaltarmos as ações que cabem aos professores realizar na prática pedagógica no intuito de favorecer a aprendizagem de todos os alunos envolvidos no processo e não forçamos nas dificuldades dos alunos.

De acordo com o MEC as adaptações curriculares são:

Respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos e dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais: a) de acesso ao currículo; b) de participação integral, efetiva e bem-sucedida em uma programação escolar tão comum quanto possível; (BRASIL, 2000, p. 7)

Essas adaptações são assim chamadas, justamente por não exigirem autorização de instâncias superiores e terem sua implementação totalmente realizada através do trabalho docente, ou seja, o professor tem a liberdade de adaptar o currículo da maneira que ele achar mais pertinente para as possibilidades de aprendizagem dos seus alunos, de modo que favoreça a comunicação e interação destes no ambiente escolar.

Enfim, cabe ao professor trabalhar dentro de sala de aula permitindo interação e troca entre os alunos. O desenvolvimento de algumas estratégias pode ser decisivo para criar um ambiente de cooperação em que aqueles alunos que têm mais habilidades em alguma matéria possam ajudar aqueles com menos habilidades, ou seja, como o professor tem que ensinar alunos que possuem e que não possuem necessidades especiais, ele pode contar com os próprios alunos para que a inclusão seja realizada de fato.

#### CAPITULO IV – UM OLHAR SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO REALIZADO NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

A fim de compreender a percepção dos professores da secretaria de educação do Distrito Federal, foi escolhida uma de suas regiões administrativas, para ser realizada a pesquisa de campo. A escolha das escolas foi com o objetivo de mostrar como as escolas que possuem salas de recursos estão contribuindo para que a inclusão seja realizada de fato, o papel do professor nesse processo e se dentro das escolas ele possui suporte para que seja o facilitador no processo de ensino-aprendizagem do aluno com necessidades especiais.

A presente pesquisa segundo seus objetivos possui caráter exploratório, que segundo Gonsalves (2007) é aquela que tem como ponto forte o seu desenvolvimento e o esclarecimento de ideias, tendo como principal objetivo, oferecer uma visão panorâmica, aproximando detalhes relativos a um fenômeno que ainda é pouco explorado. A ideia é analisar como os professores estão lidando com o processo de inclusão que tem se desenvolvido em seu trabalho.

Assume-se a observação dentro das escolas como prática de escuta sensível e cuidadosa que proporciona ao educador informações precisas sobre os alunos com o fim de nortear a tomada de decisões. O conhecimento do aluno através do ato de observar auxilia o planejamento de estratégias adequadas as possibilidades de cada educando. Jablon, Dombro e Dichtelmiller (2009) definem a observação como “um olhar para aprender” por possibilitar a apreensão de quem é cada sujeito, seus interesses, motivações, vontades, temperamentos, entre outras formas de expressão que dizem muito sobre a criança.

A observação é tratada pela referida autora como uma prática para a construção de relacionamentos na sala de aula na medida em que por um lado, o educador se põe afetuosamente frente aos educandos, escutando-os, participando dos seus momentos dando segurança e apoio, e por outro lado, a criança devolve confiança aos educadores encarando novos desafios, pondo-se frente as novas descobertas. Conhecer cada criança auxilia o rompimento de julgamentos, pois sempre há algo novo para aprender.

O observador sempre leva algo para a observação, sua cultura, criação, crenças, interesses e sentimentos que implicarão sem dúvida nas suas análises. Entretanto, no

momento da observação não se deve levar profundamente as emoções, buscando sempre a objetividade para a qualidade do trabalho. Descrever o que a criança faz e é capaz de fazer deve ser um ato de identificação e associações e não interpretações errôneas que possibilitam conclusões fixas de investigações sem profundidade. Por isso é tão importante juntamente com a objetividade no momento do registro, o observador agir em momentos distintos com a criança, em espaços diferentes e numa periodicidade que respeita um certo ritmo, pois só assim a descrição dos atos da criança será fidedigna e longe de rótulos.

#### **4.1 Local de produção dos dados – As Escolas**

##### 4.1.1 Escola 01

A escola é pequena, possui oito salas de aula, uma biblioteca, oito banheiros, uma sala para a direção, secretaria, sala de recursos, sala de informática, sala dos professores, a coordenação, uma sala para a TV Escola, sala de leitura, uma cantina, um depósito, uma sala de servidores (as), uma sala para o SOE (Serviço de Orientação Educacional) e uma sala de vídeo. As salas ficam localizadas em volta do pátio da escola. Dentro da escola também há um parque com areia, onde as crianças brincam.

A direção da escola afirma que eles trabalham em uma gestão democrática. Aparentemente é verdade. A relação entre as professoras e a orientadora é um pouco tensa, pois as professoras falam que ela só quer atrapalhar o trabalho feito em sala. Existe certa tensão nesse relacionamento. Em relação à direção não é diferente.

A escola oferece a educação infantil de quatro e cinco anos e os anos iniciais do Ensino Fundamental até o quinto ano pela manhã e à tarde. São, no total, quatorze professoras, uma bibliotecária, cinco profissionais na equipe pedagógica, um auxiliar de direção, dois secretários, uma monitora, diretora e vice e mais ou menos quatro merendeiras. A equipe pedagógica é composta por uma orientadora, uma psicóloga, uma pedagoga, uma especialista em crianças com algum tipo de necessidade especial e mais dois profissionais da educação. Essa equipe é responsável por trabalhar com os alunos considerados problema, alunos com necessidades especiais e também para

auxiliar as professoras nas demais atividades cotidianas que sejam necessárias, inclusive fazer a ponte entre os pais e a escola.

#### 4.1.2. Escola 02

A escola é ampla e diversa: cerca de 1.196 alunos e 128 funcionários oriundos de diversas localidades. A maioria dos servidores são da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e, a maioria, tem mais de dez anos de serviço prestado.

A escola é grande possui dezessete salas de aula, uma sala de professores, uma sala de coordenação, uma sala de Assistência, uma sala de direção, uma sala de orientação educacional, uma sala de educação física, uma sala de Recursos / D V, uma sala de Apoio / DM, uma sala de ensino especial; uma sala de atendimento do PISE; uma sala de Secretaria; uma cantina; uma biblioteca (sala de leitura); uma mecanografia que funciona na sala de Laboratório; uma sala de Informática; uma sala de Arte; uma sala de Equipe de Atendimento Psico-pedagógico; um depósito de gêneros alimentícios; duas despensas / depósitos; uma sala de Servidores; dois banheiros de funcionários; dois banheiros femininos (alunas); dois banheiros masculinos (alunos) um banheiro para Portadores de Necessidades Especiais; dois banheiros para educação física (Quadra de Esportes); um banheiro para educação física (Quadra de Esportes); parque Infantil aberto com quadra de esporte (os alunos maiores acabam estragando os brinquedos).

O turno matutino atende a alunos de 10 (dez) a 17 (dezessete) anos. O turno vespertino recebe alunos 09 (nove) a 16 (dezesseis) anos e o turno noturno tem como público, jovens e adultos maiores de 16 (dezesseis) anos.

A escola possui uma sala de recursos que atende os alunos com necessidades especiais da escola, uma sala de deficientes visuais, que atende todos os alunos que possui tal deficiência na respectiva regional de ensino, uma classe de ensino especial que atende alunos no turno matutino e vespertino.

## **4.2 Instrumentos para produção dos dados – Observação e Questionário**

Nas fases do trabalho de campo precisei me valer de muitos dos estudos realizados na universidade. Mas nenhum desses estudos me mostrou e me fez experimentar o quão importante são as relações que estabelecemos em nossas vidas. Os

vínculos de amizade, companheirismo, respeito e solidariedade. De nada vale todo o estudo, todo o conhecimento científico do mundo, se não me conheço, se não conheço aquele que está do meu lado. Não há vida sem a experiência plena de vivê-la.

É dessa forma que gostaria de apresentar ao (à) leitor (a) algumas das experiências que tive durante o período do trabalho de campo em uma tentativa de compreender e conhecer mais as relações vividas entre professor e aluno. Uma história tão voltada para a educação coletiva, que me encantou e me chamou a atenção de forma intensa.

Além das minhas observações em sala de aula como participante desse processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, conto com um questionário que foi entregue aos professores presentes em tal processo, a fim de apurar a posição desse professor, tanto suas dificuldades como sua dedicação com os alunos com necessidades educacionais especiais.

Vale ressaltar que a pesquisa não possui o objetivo de criticar o trabalho do professor em sala de aula, mas permitir que a sua responsabilidade seja refletida no que se refere ao seu campo de atuação.

A pesquisa também foi desenvolvida sob a ótica de que o seu trabalho a ser desenvolvido, depende do suporte que lhe é dado, da sua formação e preparo teórico, pois se é necessário conhecer o seu aluno, a fim de conhecer suas deficiências e dificuldades, para assim elaborar da melhor forma possível com o mesmo. Mas vai muito além de estar preparado teoricamente, é necessário dedicação, disponibilidade para que consiga suprir as necessidades desse aluno, para que o mesmo consiga acompanhar os demais pedagogicamente.

#### 4.2.1. Observação

Costumo dizer que meu trabalho de campo se iniciou no momento em que me deparei com a temática inclusiva na prática, verdadeiramente no início do ano letivo de 2010, ao entrar na secretaria de educação e perceber que a inclusão na prática vai muito além de toda a teoria já estudada.

Assumir com o cargo de monitora para auxiliar as atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exigiam auxílio constante no cotidiano escolar dos alunos com necessidades especiais.

A minha primeira escola na Secretaria de Educação foi um Centro de Ensino Especial, onde me deparei com crianças bastante comprometidas e, em algumas salas, era como se fosse uma creche, ouvi diversos professores dizendo que o mais importante da escola era estar com esses alunos durante um período, pois enquanto as crianças estavam ali, era o momento em que os pais podiam trabalhar, resolver suas coisas, e até entendendo esse lado, pois eram crianças muito comprometidas, mas a escola possuía suporte e poderia ir mais além. Diferentemente em outras salas, haviam projetos bastante interessantes, uma turma de alfabetização em que os que conseguiam grandes progressos eram transferidos para o ensino regular, uma turma em que funcionava a oficina de papel, em que faziam diversos artesanatos com papel reciclado, a oficina de cozinha, a oficina do lava jato, que traz dinheiro para melhorias na escola e até para os próprios alunos ajudarem suas famílias.

O trabalho feito nos Centros de Ensinos Especiais deve ser levado em consideração, pois alguns alunos que já tiveram progresso, pedagogicamente falando, conseguem participar dessas oficinas e até mesmo sustentar suas famílias e em seguida serem inseridos no mercado de trabalho.

Após este período no Centro de Ensino Especial, trabalhei em um Centro de Ensino Fundamental, com todos os alunos com necessidades especiais dessa escola, auxiliando física e pedagogicamente. Existia um trabalho muito bem feito na sala de recursos, onde eu trabalhava, e na sala que atendia a todos os alunos com deficiência visual. As salas de recursos e toda a equipe demonstravam sempre grande entusiasmo pelo trabalho e, realmente, faziam a diferença na vida daquelas crianças. Porém, durante o período que estive nessa escola, não percebi uma ação juntamente dos professores das salas de recursos com os professores da sala de aula de ensino regular, o trabalho da sala de recursos era excelente, mas não havia a parceria com os professores nas salas comuns, eram trabalhos realizados isoladamente dentro da escola.

Em seguida trabalhei em uma escola classe na mesma regional de ensino, uma escola menor, onde todos trabalham em equipe, a sala de recursos estava sempre disposta em ajudar os professores da escola, porém não havia muito interesse dos professores das salas comuns em buscar aprimorar o seu conhecimento, buscar a melhor

adaptação tanto para o currículo como para as aulas propriamente ditas para que se tornem mais diversificadas e interessantes para todos os seus alunos.

#### 4.2.2. Questionário

O questionário foi utilizado como uma ferramenta quantitativa, o que caracteriza a pesquisa por sua peculiaridade de unir o quantitativo ao qualitativo, segundo Strauss e Corbin (2008, p.42), “os pesquisadores podem e devem fazer combinações de procedimentos”. Desta forma, primeiramente os dados foram levantados quantitativamente para em seguida serem analisados de forma qualitativa em relação aos resultados alcançados. Isto se deu por meio da utilização de conhecimentos prévios a cerca do tema estudado, bem como com o auxílio de discussões de autores relacionados ao tema.

Vale ressaltar que, segundo Gonsalves (2007), o documento é qualquer informação sob a forma de textos, imagens, sons, sinais etc, contidos em determinado material físico, como o papel por exemplo. Ou seja, documento não é somente algo escrito oficialmente, mas corresponde a uma informação organizada sistematicamente, comunicada de diferentes maneiras e registrada em algum material durável.

O questionário foi composto por questões que foram mescladas entre abertas e fechadas, sendo que as abertas possibilitaram ao respondente maior liberdade para se expressar, tendo livre o número de linhas contando apenas com a pergunta como norteadora para a sua resposta. Tal tipo de pergunta possibilita que o respondente trate de assuntos que inclusive nem foram solicitados ao longo da pergunta, trazendo diferentes dados e contribuindo de forma positiva para a pesquisa. As perguntas fechadas deram a possibilidade de responder “concordo” ou “não concordo” e justificar a resposta dada.

Vale ressaltar que a pesquisa garantiu o anonimato e a liberdade de expressão de todos os participantes, o que foi informado a eles no início da pesquisa. Segue abaixo a análise possível dos dados obtidos. Sabemos que ela pode e deve ser aprofundada no a posteriori, o que se configura como intenção para um desenvolvimento de pesquisa na pós-graduação.

A pesquisa, portanto, se orientou pelos seguintes objetivos:



Objetivo Geral: Investigar possíveis dificuldades enfrentadas pelos professores na inclusão de alunos com deficiência.

Objetivos específicos:

A) Analisar os marcos históricos e normativos da educação de alunos com necessidades educacionais especiais no Brasil.

B) Discutir como deveria ser a formação do professor para atender as necessidades educacionais destes alunos e a dedicação dos professores em continuar a sua formação;

C) Discutir a posição do professor com relação ao processo de inclusão e quais atitudes os professores tomam para que este processo seja realizado de fato.

A pesquisa se deu por meio de 28 questionários entregues a diversos professores da referida regional de ensino, sendo que apenas 13 foram respondidos e computados como dados da pesquisa.

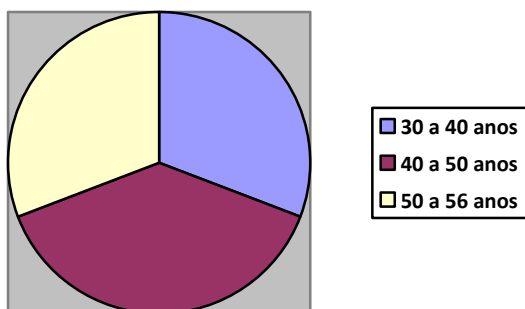
Houve o cuidado ético com a elaboração do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual foi disponibilizado a cada participante uma via. O TCLE faz uma breve apresentação da pesquisa e seus objetivos; disponibilizou os contatos (e-mail e telefone) da pesquisadora e da orientadora; ressaltava a preservação da identidade dos sujeitos da pesquisa; dispôs sobre o cuidado da pesquisadora com os dados obtidos e dispôs ainda sobre as condições da pesquisa, além de deixar claro o acesso ao trabalho final.

## **4.3 Análise e discussão de dados**

### *4.3.1 Descrição dos sujeitos da pesquisa:*

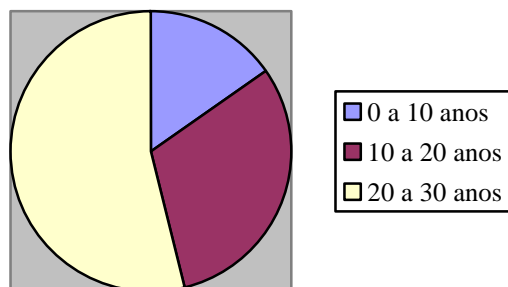
Pesquisa realizada com professoras que atualmente trabalham de alguma forma com alunos com necessidades especiais, lembrando que todas são do sexo feminino, sendo que a idade e anos de docência das professoras estão de acordo com os gráficos a seguir:

Gráfico 1 – Idade das professoras



Fonte: Realizado pela aluna Eloilla Mirtes da Costa Menezes, graduanda no curso de Pedagogia, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Elaborado a partir de dados coletados na pesquisa.

Gráfico 2 - Anos de docência

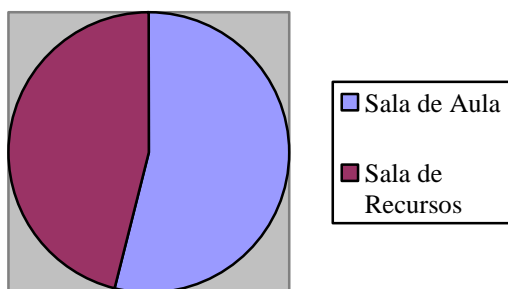


Fonte: Realizado pela aluna Eloilla Mirtes da Costa Menezes, graduanda no curso de Pedagogia, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Elaborado a partir de dados coletados na pesquisa.

Como podemos observar nos gráficos supracitados, as professoras que fazem parte dessa pesquisa já possuem, em sua grande maioria, muitos anos de docência, ou seja, espera-se que as mesmas já tenham desenvolvidas diferentes estratégias dentro de sala de aula e já viveram diversas experiências devido ao longo período que estão sendo mediadoras do processo de ensino- aprendizagem e desenvolvimento dos seus alunos.

Essas professoras trabalham com crianças que possuem alguma necessidade especial, seja em sala de recursos auxiliando para que elas possam se desenvolver da melhor maneira possível, seja dentro de sala no ensino regular, trabalhando com alunos com deficiência ou sem deficiência, ou seja, com a inclusão, conforme podemos observar no gráfico abaixo:

Gráfico 3 – Área de Atuação



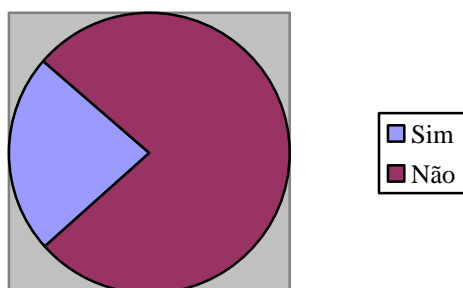
Fonte: Realizado pela aluna Eloilla Mirtes da Costa Menezes, graduanda no curso de Pedagogia, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Elaborado a partir de dados coletados na pesquisa.

#### 4.3.2 Formação dos sujeitos da pesquisa:

##### 4.3.2.1 Formação Inicial

As professoras em questão, em sua maioria, não tiveram uma disciplina que discutisse o trabalho pedagógico com alunos com necessidades especiais em sua formação inicial, somente as professoras com formação mais recente tiveram apenas uma disciplina a respeito da educação especial.

Gráfico 4 – Professores que tiveram disciplina que discutisse a intervenção com ANEEs em sua formação inicial

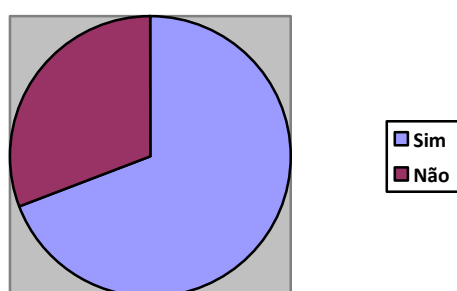


Fonte: Realizado pela aluna Eloilla Mirtes da Costa Menezes, graduanda no curso de Pedagogia, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Elaborado a partir de dados coletados na pesquisa.

##### 4.3.2.2 Formação Continuada

As instituições de formação oferecem diversos cursos durante o ano letivo referente a educação especial, dentre ela aqui no Distrito Federal, temos a EAPE – Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação, ficando o professor liberado do horário de coordenação para realizá-lo. Conforme podemos observar no gráfico a seguir nem todas as professoras já tiveram oportunidade de realizar esses cursos na área de educação especial.

Gráfico 4 – Participação em cursos de atualização referente a educação especial ou ações de formação contínua

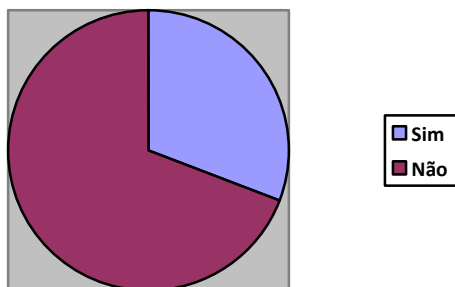


Fonte: Realizado pela aluna Eloilla Mirtes da Costa Menezes, graduanda no curso de Pedagogia, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Elaborado a partir de dados coletados na pesquisa.

Houve algumas justificativas por não terem frequentado nenhum curso de formação da EAPE em todo o período de docência. As professoras afirmaram que o número de vagas é pequeno e é oferecido primeiramente para professores que estão atuando diretamente na educação especial ou por estar frequentando outro curso em outra área de interesse na própria EAPE.

Com relação a formação especializada, todas as professoras realizaram curso de pós-graduação, mas conforme podemos observar no gráfico a seguir poucas professoras participaram em um curso na área de educação especial, a grande maioria fez curso de especialização em psicopedagogia e administração escolar.

Gráfico 4 – Participação em cursos pós-graduação referente a educação especial



Fonte: Realizado pela aluna Eloilla Mirtes da Costa Menezes, graduanda no curso de Pedagogia, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Elaborado a partir de dados coletados na pesquisa.

O que nos faz questionarmos qual é o papel do professor na efetivação de um processo inclusivo? No mínimo, estudar, reconhecer o outro, planejar com rigorosidade conceitual, respeitar o ritmo e condição das crianças, colocar a criança e seu desenvolvimento como prioridade em seu trabalho pedagógico.

#### 4.3.3 O professor e a Inclusão:

Todas as professoras afirmaram que a inclusão é um direito conquistado e deve ser respeitado, mas que ainda é um longo caminho a percorrer, pela falta de recursos humanos, formação e conscientização dos professores e falta de estrutura da escola pública. Mas a fala de uma professora chama a atenção: “Costumo dizer que a inclusão de fato só ocorre para o professor regente, sinto-me sozinha em relação ao próprio sistema que não dá suporte aos professores para garantir a efetiva aprendizagem de todos os alunos” (Professora 1). Essa é a fala de uma professora de ensino regular, que possui monitor, turma reduzida, sala de recursos na escola, mas que não obteve nenhuma formação, seja inicial ou continuada na área inclusiva, o empecilho para que a inclusão aconteça nesse caso poderia ser a falta de formação ou a falta de empenho em buscar fazer o seu melhor, em se aperfeiçoar para que os seus alunos possam desenvolver da melhor maneira possível.

Segundo a análise das diferentes respostas, todas as professoras afirmam que na prática, falta a parceria entre as famílias e a disponibilidade dos professores,

implementação de projetos políticos-pedagógicos, oferecimento de recursos materiais, de monitores para auxiliar os professores, diagnósticos mais rápidos para que possa ser realizada a redução de turma. Mas uma das professoras diz o seguinte: “Primeiramente deveríamos conhecer toda a legislação, pois não adianta alegarmos despreparo sem conhecimento da lei. Depois precisamos nos capacitar e derrubar as nossas próprias barreiras, mudanças de paradigmas” (Professora 2). Diante dessa fala podemos perceber mais uma vez o papel do professor no processo de inclusão, o professor é fundamental nesse processo, é necessário que este se conscientize e se disponibilize para que o seu trabalho seja realizado com eficiência.

Analisando as respostas, observa-se que os professores das salas de recursos defendem inclusão, afirmando que a diversidade é um privilégio para a educação, que os alunos ditos “normais” aprendem com os alunos especiais, de valorização de tudo na vida, e até mesmo pedagogicamente, pois o verdadeiro educador saberá atender a todos sem distinção, com uma aula que atenda o aluno com deficiência e facilite a aprendizagem e participação de todos, pois a educação é um processo. E até mesmo os alunos que não possuem nenhuma necessidade especial têm vantagens em estudar em uma turma reduzida, em que o professor pode dar mais atenção a cada um de seus alunos.

Já para os professores das salas regulares, segundo a nossa pesquisa, os discursos são diferentes, os professores afirmam que há falta de incentivo, que não possuem preparo e não sabem o que fazer dentro de sala de aula, que o aluno com deficiência “não se comporta” e acaba atrapalhando os demais alunos e dessa forma não conseguem manter a ordem na sala de aula, que não possuem turma reduzida devido a falta de uma avaliação e até mesmo um diagnóstico médico. E defendem o discurso de que uma escola especializada, ou centro de ensino especial, pode atender melhor esses alunos, pois o ensino regular não possui estrutura para isso.

Estamos conscientes de que o desafio colocado aos professores é grande e que parte significativa continua “não preparada” para desenvolver estratégias de ensino diversificado, mas, o aluno com necessidades especiais está na escola, então, cabe a cada um encarar esse desafio de forma a contribuir para que no espaço escolar, aconteçam avanços e transformações, ainda que pequenos, mas que possam propiciar o início de uma inclusão escolar possível.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é o alicerce para o desenvolvimento de qualquer cidadão, e que incluir o aluno com necessidades educacionais especiais, é também, uma forma de respeitá-lo e garantir a possibilidade de seu crescimento. No entanto, percebemos que as dificuldades existem, não são poucas e ficam bem claras quando paramos para observar de forma mais crítica. Afinal, colocar o aluno em sala regular e não atender o que realmente ele necessita, não é inclusão.

O presente trabalho que objetivou investigar possíveis dificuldades enfrentadas pelos professores na inclusão de alunos com deficiência se deparou com algumas divergências no comprometimento dos professores. De um modo geral, as professoras das salas de recurso acabam de mãos atadas por não verem seu trabalho sendo dado continuidade pelas suas colegas de profissão dentro das salas regulares. Por outro lado, as professoras de classe comum alegam que não sabem como trabalhar com esse sujeito dentro da sala de aula, pois não foram preparados para isso e não recebem apoio, pois não obtiveram formação e nem sempre possuem turmas reduzidas e o auxílio de um monitor para que consigam fazer um trabalho de qualidade.

As mudanças são fundamentais para a inclusão de alunos com deficiência, para isso, a educação deverá ter um caráter amplo e complexo, favorecendo a construção ao longo da vida, e todo aluno, independente das dificuldades, poderá beneficiar-se dos programas educacionais, desde que sejam dadas as oportunidades adequadas para o desenvolvimento de suas potencialidades. Isso exige do professor uma mudança de postura além da redefinição de papéis que possa assim favorecer o processo de inclusão.

Essa pesquisa serve portanto, como momento de reflexão para analisarmos que mesmo diante das dificuldades, cabe a cada professor fazer a diferença e cumprir o seu papel na educação. Não podemos parar no comodismo e na “justificativa” de que não temos formação e incentivo e por esses motivos não temos o que fazer, pois o aluno está dentro de sala de aula e deve ter a oportunidade de se desenvolver em todos os sentidos como os demais alunos. É necessário que o professor busque se aprimorar teoricamente



para que a sua prática seja a mais eficiente possível, é necessário o comprometimento dos professores no processo de inclusão de alunos com deficiência.

Não basta que haja numa escola a proposta de inclusão, não basta que a estrutura física da escola esteja adequada. Esses são fatores favoráveis, mas não fundamentais. É necessário que o professor esteja disposto a socializar-se e permitir-se interagir com seus alunos.

O comprometimento, a conscientização, a sensibilidade dos professores da necessidade de se atualizar e acreditar no desenvolvimento do aluno com deficiência são essenciais para que a inclusão seja realizada.

Os dados obtidos vêm reafirmar a necessidade do professor acreditar que incluir é destruir barreiras e que ultrapassar as fronteiras é viabilizar a troca no processo de construção do saber e do sentir, dessa forma ele exercerá seu papel, fundamental, para assegurar a educação inclusiva que todos nós desejamos.

## **PARTE III**

## **PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS**

Desde que entrei na Universidade de Brasília, eu estou envolvida com a área de educação, estagiei na escola Pedacinho do Céu, no Guará, onde era auxiliar da professora principal de sala, gostava muito, mas confesso que era bastante cansativo, em seguida fiz um estagio em uma Pós-graduação chamada POSEAD, trabalhava no serviço de atenção ao aluno, por ser uma instituição de educação a distancia, atendia as demandas dos alunos ao telefone e virtualmente, uma tarefa nada fácil, pois em uma pós-graduação com pólos em diversos lugares, o perfil dos alunos era heterogêneo, então tive que atender demandas de juízes e desembargadores de Brasília e de pessoas no interior do nordeste que não sabiam nem ligar o computador, ajudou-me a enfrentar dificuldades, mas tive a certeza que não desejava a área de educação a distancia. Em seguida passei no concurso para Técnico em Gestão Educacional da SEEDF, conhecido como monitor, no qual trabalho até hoje na área de educação especial, auxiliando a escola para que alunos com necessidades educacionais especiais, que estão incluídos no ensino regular possam acompanhar a turma no processo de ensino-aprendizagem.

Ser obrigado a trabalhar e obrigado a fazer o melhor possível, cria em você moderação e autocontrole, diligência e força de vontade, ânimo e satisfação, e cem outras virtudes que o preguiçoso nunca conhecerá.

Charles Kingsley

Pretendo continuar neste mesmo trabalho até passar em um concurso da própria Secretaria de Educação, mas como professora, para assim poder colocar em prática tudo o que aprendi na teoria.

Com relação à continuação da minha vida acadêmica, tenho vontade de continuar nessa linha de pesquisa da área de educação especial numa pós-graduação, mas é um desejo a longo prazo, no próximo ano, pretendo passar em outro concurso.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **LEI Nº 9.394/96, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.
- FERREIRA, J. R. e GLAT, R. Reformas educacionais pós-LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização. In: Souza, D. B. & Faria, L. C. M. (Orgs.) *Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós -LDB*, pg. 372-390. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MAZZOTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.
- MANTOAN, Maria Teresa Égler. **“Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”** In: Nova Escola OnLine: o site de quem educa. Edição 182, Maio/2005. Disponível em: [www.sme.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-leituras/WEBENTREVISTAS/inclusao%20e%20o%20privilegio%20de....pdf](http://www.sme.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-leituras/WEBENTREVISTAS/inclusao%20e%20o%20privilegio%20de....pdf) Acesso em 02/04/2011.
- VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1989a \_\_\_\_\_ . Obras completas: fundamentos de defectologia. Cuba, Havana: Editorial Pueblo e Educacion, 1989b, v. 5.
- Inclusão Escolar O que é? Porquê? Como fazer?**, Maria Teresa Eglér Mantoan, 96 págs., Ed. Moderna
- GONSALVES, Elis Pereira. **Iniciação à Pesquisa Científica**. 4ª Ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.
- CARMO, A. A. (2000). Inclusão escolar: roupa nova em corpo velho. **Integração, Brasília**, 13 (23), p.43-48, 2000.
- DUTRA, Claudia pereira. **Inclusão: Diversidade também se aprende na pré-escola**. Revista Nova Escola, maio de 2007.

LEÃO, A. M. C., Garcia, C. C. A., Yoshira, E. V. F. & Ribeiro, P. R. M. (2006). **Inclusão do aluno com dismotria cerebral ontogenética: análise das práticas pedagógicas**. Revista Brasileira de Educação Especial, 12 (2), p. 169-186

OLIVEIRA, S. M. (1999). **Valores e crenças de educadoras de creche sobre o desenvolvimento e educação de crianças de dois e três anos**. Dissertação de Mestrado, universidade de Brasília, Brasília.

SASSAKI, R. K. (1997). **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de janeiro: WVA.

TETZCHNER, R, S. Von, Brekke, K. M., Sjothum, B. & Grindheim, E. (2005). **Inclusão de crianças em educação pré-escolar regular utilizando comunicação suplementar e alternativa**. (Tradução de L. H. Reily). Revista Brasileira de Educação Especial, 11 (2), p.151-184

TUNES, Elizabeth, TACCA, Maria Carmen V. R. e BARTHOLO JUNIOR, Roberto dos Santos. **O professor e o ato de ensinar**. Cad. Pesqui., set./dez. 2005, vol.35, no.126, p.689-698. ISSN 0100-1574.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF.2007.

BRASIL. Ministério da educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.392/96. 2007.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Princípios, Políticas e Prática em Educação Especial. Espanha, 1994.

JABLON, Judy. R.; DOMBRO, Amy Laura; DICHTELMILLER, Margo L. **O poder da observação: do nascimento aos 8 anos**. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **“Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”** In: Nova Escola OnLine: o site de quem educa. Edição 182, Maio/2005. Disponível em: [www.sme.br/salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-](http://www.sme.br/salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-)

[leituras/WEBENTREVISTAS/inclusao%20e%20o%20privilegio%20de....pdf](#) Acesso em 02/04/2011.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **O Sujeito que Aprende**: desafios do desenvolvimento do tema da aprendizagem na psicologia e na prática pedagógica. In: TACCA, Maria Carmem Rosa Vilela (Org). *Aprendizagem e Trabalho Pedagógico*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. *Obras Escogidas Tomo V – Fundamentos de Defectología*. Madrid: Visor, 1997 [Em Espanhol]

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GONSALVES, Elis Pereira. **Iniciação à Pesquisa Científica**. 4ª Ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

## **APÊNDICES**

*Modelo do questionário respondido pelos professores*

Caro (a) Professor (a), você está recebendo um questionário que se caracteriza por ser instrumento da pesquisa desenvolvida pela aluna Eloilla Mirtes da Costa Menezes, formanda do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília. Este tem como principal objetivo compreender a relação dos(as) professores(as), dentro de sala de aula, com os processos de inclusão e a contribuição por parte do(a) professor(a) para que o processo de inclusão seja realizado de fato.

A análise dos dados obtidos nesta pesquisa será disponibilizada no trabalho final de curso da estudante supracitada, sendo que as informações fornecidas por você terão o sigilo garantido e serão de fundamental importância para o andamento e conclusão da pesquisa. Neste sentido, solicito a sua colaboração quanto a responder as questões na íntegra e com o máximo de atenção possível.

Agradeço a disponibilidade e me coloco a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Eloilla Mirtes da Costa Menezes  
Celular: 61-84522220  
E-mail: [eloilla.menezes@gmail.com](mailto:eloilla.menezes@gmail.com)

1- Sobre seus dados pessoais, responda:

sexo \_\_\_\_\_ e idade \_\_\_\_\_.

2 – Sobre a sua formação, responda:

Qual a sua área de atuação:

( ) sala de recursos

( ) sala de aula, turma regular

( ) sala de aula, classe especial

( ) Centro de Ensino Especial

Quantos anos de docência? \_\_\_\_\_

Na sua formação inicial teve alguma(s) disciplina(s) que discutisse a intervenção com alunos com necessidades educacionais especiais?

( ) Não

( ) Sim. Qual? \_\_\_\_\_



Caso a resposta da pergunta anterior seja afirmativa. Essa disciplina lhe ofereceu suporte e preparo para lidar com a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais?

( ) Não. O que deixou a desejar?

---

---

( ) Sim. Como conseguiu?

---

---

As instituições de formação oferecem diversos cursos durante o ano letivo referente a educação especial, ficando o professor liberado do horário de coordenação para realizá-lo. Você participou de algum curso de atualização referente a educação especial ou frequentou ações de formação contínua?

( ) Não. Por quê?

---

---

---

( ) Sim. Quais?

---

---

---

Realizou curso de pós-graduação? Qual?

---

---

Como você compreende a inclusão dos alunos e alunas com nees na escola comum?

---

---

---

O que você acha que deveríamos fazer, na prática, para implementar uma educação inclusiva?

---

---

---

Responda se concorda ou não com as afirmações abaixo e justifique:

O aluno com NEE's não pode enfrentar os desafios que se colocam na turma em igualdade de condições com o aluno sem nees.

( ) Concordo. Por quê?

---

---

( ) Discordo. Por quê?

---

---

É difícil manter a ordem numa turma de ensino regular, na qual estão incluídos alunos com NEE's

( ) Concordo. Por quê?

---

---

( ) Discordo. Por quê?

---

---

A eficácia pedagógica dos professores, nas turmas com alunos com NEE's fica reduzida, pois é necessário atender alunos em processos de aprendizagem.

( ) Concordo. Por quê?

---

---

( ) Discordo. Por quê?

---

---

Os alunos com NEE's obteriam mais proveito se fossem educados em instituições de ensino especial.

( ) Concordo. Por quê?

---

---

( ) Discordo. Por quê?

---

---

A inclusão de alunos com NEE's no ensino regular obriga a alteração das atividades normais da aula, além da adequação específica do currículo para o ANEE's.

( )Concordo. Por quê?

---

---

( )Discordo. Por quê?

---

---

A presença de um aluno com NEE's numa turma de ensino regular interfere com o progresso dos seus colegas.

( )Concordo. Por quê?

---

---

( )Discordo. Por quê?

---

---

A educação dos alunos com NEE's em instituições de ensino especial os fariam adquirir uma visão distorcida da realidade, acentuando a sua deficiência.

( )Concordo. Por quê?

---

---

( )Discordo. Por quê?

---

---

Sem uma formação especializada, dificilmente o professor do ensino regular poderá dar atendimento adequado aos alunos com NEE's.

( )Concordo. Por quê?

---

---

( )Discordo. Por quê?

---

---

Nas classes regulares os alunos com NEE's podem acelerar o seu ritmo de aprendizagem, pois tomam como estímulo e modelo dos alunos sem nees.

( )Concordo. Por quê?

---

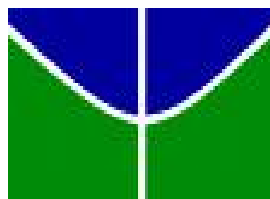
---

( )Discordo. Por quê?

---

---

*Modelo do termo de comprometimento livre assinado pelos professores*



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

## **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**Pesquisadora Responsável** - Eloilla Mirtes da Costa Menezes, email para contato: [eloilla.menezes@gmail.com](mailto:eloilla.menezes@gmail.com) ou telefone: (61) 84522220.

**Justificativa:** Justifica-se a importância da presente pesquisa para a ressignificação da ação docente inclusiva a partir da conscientização da necessidade do preparo, do “estar aberto” às novas experiências e desafios que a inclusão pode trazer, e do interesse e da motivação em efetivamente informar-se.

**Objetivo Geral:** Investigar possíveis dificuldades que os professores encontram na formação do aluno com necessidades educacionais especiais..

**Objetivos Específicos:** Analisar os marcos históricos e normativos da educação de alunos com necessidades educacionais especiais no Brasil. Discutir como deveria ser a formação do professor para atender as necessidades educacionais destes alunos e a dedicação dos professores em continuar a sua formação. Discutir a posição do professor com relação ao processo de inclusão e quais atitudes os professores tomam para que este processo seja realizado de fato.

**Esclarecimentos e Direitos:** Em qualquer momento, o participante poderá obter esclarecimentos sobre todos os procedimentos utilizados neste projeto e nas formas de divulgação dos resultados. Tem também a liberdade e o direito de recusar sua participação ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo do atendimento usual fornecido pela estudante.

**Confidencialidade e avaliação dos registros:** As identidades dos participantes serão mantidas em total sigilo pela estudante. Os resultados dos dados coletados neste trabalho serão analisados e registrados em um trabalho escrito e estando disponível a quem se interessar pelo tema.

**Despesas e Indenizações:** Não haverá despesas pessoais para o participante em nenhuma fase deste trabalho. Também não haverá compensação financeira relacionada à sua participação.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

### Consentimento Pós-Informação

Eu, \_\_\_\_\_, portador da Carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ expedida pelo Órgão \_\_\_\_\_, por me considerar devidamente informado (a) e esclarecido (a) sobre o conteúdo deste termo e do trabalho de projeto 5 a ser desenvolvido pela aluna de graduação Eloilla Mirtes da Costa Menezes, livremente expresse meu consentimento para inclusão das informações obtidas através do questionário aplicado pela mesma, neste projeto. Fui informado (a) ainda que este projeto é coordenado pela professora Fátima Lucília Vidal Rodrigues, a quem poderei contatar em qualquer momento através do telefone (61)91471252 ou email [vidalrodrigues@yahoo.com.br](mailto:vidalrodrigues@yahoo.com.br).

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante Voluntário

\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável pelo Estudo

\_\_\_\_\_  
Data